

DOSSIÊ

NACIONALISMO

O senso comum contemporâneo nos acostumou a interpretar a idéia de "nação" como uma forma não apenas legítima, mas também necessária, de organização de um Estado moderno. Assim, cada unidade política deve corresponder a um conjunto de aspectos da ordem da "cultura" que a definam como nação, tais como uma língua ou uma religião. Entre os elementos usualmente associados à "comunidade nacional", uma origem comum e um território compartilhado parecem ser decisivos para a elaboração de um imaginário em torno da nação que tem impacto político na constituição de órgãos soberanos — instituições públicas, aparatos judiciários etc. — bem como nas relações com grupos considerados "estranhos" à nação ou mesmo "inimigos" do "projeto nacional".

Hoje sabemos que a nação está longe de ser um produto "natural" da história, ou de fazer parte da "essência" de uma determinada coletividade. A constituição dos Estados nacionais na Europa ocidental foi produto de um processo histórico específico, para o qual concorreram variados fatores políticos e culturais. O modelo nacional assim construído passou a ser considerado pré-condição para a constituição de um Estado moderno — embora os elementos definidores de uma nação dificilmente sejam objetiváveis —, e a idéia de "comunidade de sentido" acabou por integrar a agenda de políticos e intelectuais de regiões da Europa oriental (imersas em outros processos) ou dos territórios pós-coloniais, cuja gênese histórica, geográfica e institucional quase sempre remonta às disputas travadas nos antigos centros metropolitanos. Territórios e grupos socioculturais foram assim incorporados numa lógica à qual eram, em grande medida, resistentes. Os processos de invenção de nacionalidades com o esfacelamento dos impérios transnacionais, no caso da Europa central e oriental, e dos impérios transcontinentais, na África e parte da Ásia, são ainda um desafio para uma compreensão da nação que não a associe meramente a uma ideologia mistificadora.

Foi com o intuito de trazer ao leitor parte do debate que hoje mobiliza os estudiosos da "questão nacional" que *Novos Estudos* organizou este Dossiê. Os acontecimentos da última década — o desmantelamento de Estados multinacionais como a União Soviética e a Iugoslávia (que deviam muito de sua estrutura política a lógicas imperiais preexistentes) e a afirma-

ção de novos blocos políticos multinacionais, como a União Européia — recolocaram antigas questões em novos contextos, muitas vezes em meio a conflitos de natureza violenta. As guerras que assolaram as antigas repúblicas iugoslavas e a região do Cáucaso, em contraponto a uma tentativa sem precedentes de incluir povos de diferentes tradições políticas e culturais no interior de uma mesma institucionalidade, não podiam deixar de estimular o pensamento social. E é sobre o debate que vem sendo travado na Europa e nos Estados Unidos, por pensadores das mais diversas origens nacionais, que se debruça o texto de Sérgio Costa. Ao fazer um balanço da teoria social recente, ele destaca o nacionalismo e o pós-colonialismo como sua pedra de toque: os conflitos nacionais e pós-coloniais e as demandas de minorias étnicas e movimentos sociais é que informam a dinâmica do debate contemporâneo.

Os outros textos tratam de territórios específicos — afinal, a "nação" só ganha inteligibilidade em contextos locais. Claudio Lomnitz questiona um dos trabalhos que, nas últimas duas décadas, pautou a discussão sobre a nação a ponto de criar uma verdadeira *teoria geral* dos nacionalismos. Num intenso debate com Benedict Anderson, ele desenvolve um minucioso estudo sobre a ascensão do nacionalismo nas repúblicas da América Hispânica, em particular o México. Entre a história e a etnografia, Lomnitz nos revela os limites do modelo de Anderson quando confrontado com o contexto específico dos espaços nacionais formados a partir de processos coloniais.

Beatriz Perrone-Moisés aborda um dos casos privilegiados para pensarmos a questão nacional hoje: nem a pujança econômica nem a dinâmica político-institucional da federação canadense impediram que o Québec pautasse o debate político naquele rico país do Norte. Ali o nacionalismo está longe de associar-se a carências materiais de um grupo concreto ou à falta de direitos de uma minoria nacional — já que nas últimas décadas os *québécois* conquistaram grande parte de suas reivindicações. O estudo da autora nos conduz a dois domínios próprios dos estudos sobre minorias nacionais: o lugar da memória e o papel político das minorias nacionais na criação de novas institucionalidades. Assim como os catalães no caso espanhol, os *québécois* escolheram a língua e sua história como objeto de disputa na coisa pública e como marca de alteridade, elegendo a arena político-parlamentar para afirmar sua identidade.

Por fim, o artigo de Francis Dov Por nos lança no ardor de um conflito que ganha contornos de "questão nacional". Ele narra o dia-a-dia das recentes conflagrações entre israelenses e palestinos, que defendem, de forma sangrenta, aquilo que consideram ser os seus respectivos "direitos históricos e inalienáveis". Faz ver também que a linguagem religiosa própria do Oriente Médio dificulta ainda mais irredutibilidades nacionais e identitárias, que não encontram fóruns ou instituições adequados para o diálogo.

Assim, os artigos aqui apresentados confirmam a "questão nacional" como tema privilegiado para o diálogo entre diferentes disciplinas, entre a política é a teoria, o local e o universal, o supostamente irredutível e aquilo que deve ser objeto de tradução. **(Omar Ribeiro Thomaz)**